Lusíada
Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Ramalho, Vanda Sofia
Carvalho, Inês Vale de
Sazões, Inácia

As palavras não são neutras : fundamentos dos conceitos de ‘pessoas trans’ e ‘pessoas de género diverso’

http://hdl.handle.net/11067/8319
https://doi.org/10.34628/DZ83-QM12

Metadados

Data de Publicação	2025
Editor	Universidade Lusíada Editora
Palavras Chave	Transgénero, Não conformidade de género
Tipo	article
Revisão de Pares	yes
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 65 (2025)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-11-01T04:42:03Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

AS PALAVRAS NÃO SÃO NEUTRAS:
FUNDAMENTOS DOS CONCEITOS DE "PESSOAS TRANS" E "PESSOAS DE GÉNERO DIVERSO"

WORDS ARE NOT NEUTRAL:
FOUNDATIONS OF THE CONCEPTS OF "TRANS PEOPLE" AND "GENDER-DIVERSE PEOPLE"

Vanda Sofia Ramalho
CLISSIS – Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social
ORCID: 0000-0002-2833-3208

Inês Vale de Carvalho
CLISSIS – Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social
ORCID: 0000-0003-1236-4138

Inácia Sezões
CLISSIS – Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social
ORCID: 0000-0002-2833-3208 8162

DOI: https://doi.org/10.34628/DZ83-QM12
Data de submissão / Submission date: 27.05.2025
Data de aprovação / Acceptance date: 03.09.2025

Resumo: A terminologia utilizada para referir identidades trans ou diversas de género tem evoluído ao longo das últimas décadas, refletindo avanços nos diversos campos dos estudos de género, em disciplinas como a medicina, a psicologia ou as ciências sociais, bem como o reconhecimento das reivindicações da própria comunidade LGBTI+. Os conceitos de 'pessoa trans' e 'pessoa com diversidade de género' emergem como termos cientificamente validados e amplamente aceites tanto pela academia como pelos próprios sujeitos diversos de género, substituindo classificações patologizantes ou redutoras. Esta comunicação discute a construção e legitimação destes conceitos, ancorada em referenciais teóricos e normativos internacionais, como os Princípios de Yogyakarta, as recomendações da Organização Mundial de Saúde, da Associação Mundial Profissional para a Saúde Transgénero (WPATH) e os contributos dos estudos queer e trans feministas. Analisa-se a importância do uso rigoroso e informado desta terminologia em teses e produções académicas, garantindo um discurso que respeite a autodeterminação, a dignidade e os direitos das pessoas trans. No campo do Serviço Social, que tem na promoção dos direitos humanos um dos seus pilares fundamentais, a linguagem não é neutra: é uma ferramenta de reconhecimento, visibilidade e resistência num mundo polarizado onde os discursos de ódio e conservadores se opõem à diversidade de expressões identitárias. Ao adotar uma terminologia científica e eticamente fundamentada, o Serviço Social reforça o seu papel na promoção da cidadania das pessoas trans, no combate à transfobia estrutural e na construção de políticas e práticas que garantam a igualdade e a justiça social.

Palavras-chave: Pessoas trans; Pessoas de género diverso; Terminologia científica; Direitos Humanos; Serviço Social.

Abstract: The terminology used to refer to trans or diverse gender identities has evolved over the last decades, reflecting advances

in the various fields of gender studies, in disciplines such as medicine, psychology or social sciences, as well as the recognition of the claims of the LGBTI+ community itself. The concepts of 'trans person' and 'gender-diverse person' emerge as scientifically validated terms widely accepted both by academia and by gender-diverse subjects themselves, replacing pathologizing or reductive classifications. This paper discusses the construction and legitimation of these concepts, anchored in international theoretical and normative frameworks, such as the Yogyakarta Principles, the recommendations of the World Health Organization, the World Professional Association for Transgender Health (WPATH) and the contributions of queer and trans feminist studies. The importance of the rigorous and informed use of this terminology in theses and academic productions is analyzed, ensuring a discourse that respects the self-determination, dignity and rights of trans people. In the field of Social Work, which has the promotion of human rights as one of its fundamental pillars, language is not neutral: it is a tool for recognition, visibility and resistance in a polarized world where hate and conservative speeches oppose the diversity of identity expressions. By adopting a scientifically and ethically based terminology, Social Work reinforces its role in promoting the citizenship of trans people, in combating structural transphobia and in building policies and practices that guarantee equality and social justice.

Keywords: Trans people; Gender-diverse people; Scientific terminology; Human rights; Social Work.

Introdução

A construção teórica da identidade de género constitui um campo dinâmico e multidisciplinar, envolvendo contributos de várias áreas científicas, nomeadamente das ciências sociais e humanas, marcado por percursos tensos entre as abordagens essencialistas, apoiadas pelo crivo médico e patologizante e pelas abordagens essencialistas, que compreendem a diversidade de género como um construto psicossocial e cultural. A partir da segunda metade do século XX, autores como Robert Stoller introduziram a distinção entre sexo biológico e gênero, abrindo caminho para uma nova compreensão das vivências trans e de género diverso. A medicalização das identidades trans, expressa no termo "transsexual", e da inclusão da "disforia de género" no DSM (Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais) assenta na tentativa de interpretar o desconforto de género a partir de modelos biomédicos. Pese embora as revisões recentes procurem apaziguar o seu caráter patologizante, a perspetiva clínica continua a levantar relevantes questionamentos éticos e sociais. Paralelamente, normativas internacionais como os Princípios de Yogyakarta (2007) e a resolução da ONU (2011) representam progressos na proteção dos direitos LGBTI+, ao reconhecem a existência de discriminação por orientação sexual e identidade de género e, consequentemente, violações de direitos humanos. No entanto, apesar destes marcos jurídicos, subsistem profundas desigualdades sociais, marcadas pela rigidez binária de género, como se verifica em Portugal. Estudos recentes revelam que pessoa trans e com identidades de género não normativas ainda enfrentam exclusão e marginalização, exigindo respostas políticas, educativas e profissionais interseccionais. Nesse cenário, importa que o serviço social se imponha como agente de transformação social que é, e promova uma cidadania inclusiva

para as populações trans e com diversidade de género, sempre com os direitos humanos no horizonte.

Direitos Humanos, Orientação Sexual e Diversidade de Género

Em 26 de março de 2007, foram lançados os Princípios de Yogyakarta, que aplicam os direitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (United Nations General Assembly, 1948) à orientação sexual e identidade de género. Este documento internacional reconhece as violações de direitos motivadas por essas razões como violações de direitos humanos, e visa sua incorporação à legislação internacional, reforçando que pessoas LGBTQIAP+ são socialmente marginalizadas e necessitam de proteção (Princípios de Yogyakarta, 2007). Apesar dos avanços internacionais, pessoas trans e com identidades de género não binárias continuam a enfrentar discriminação, estigmatização e violência (WPATH, 2022). Essas reações sociais são sustentadas por uma visão rígida e binária de género, enraizada em estruturas culturais e institucionais, que considera "anormais" identidades fora da cisheteronormatividade (Ramalho, 2019; CIG, 2022). O Estudo Nacional da CIG (2022) confirma barreiras estruturais e simbólicas que dificultam a inclusão dessas pessoas, destacando a urgência de ações políticas e educativas interseccionais para combater a transfobia e promover a cidadania inclusiva. A Resolução do Conselho dos Direitos Humanos da ONU (junho de 2011) reforça que violações por orientação sexual e identidade de género violam os direitos humanos universais, sendo um marco na legitimação internacional das reivindicações LGBTQIAP+. Diante disso, profissões comprometidas com os direitos humanos, como o serviço social, são chamadas a atuar criticamente contra as opressões que afetam as pessoas LGBTI+, especialmente trans e de género diverso, integrando esta agenda em sua prática, com uma abordagem ética, interseccional e promotora de justiça social (GATE, 2011; Saleiro, 2013, pp. 132-133).

Fundamentos conceptuais e evolução da identidade de género: da patologização médica à abordagem construtivista

A transexualidade, enquanto categoria sociológica, teve ori-

gem numa perspetiva patologizante, sendo inicialmente compreendida como uma doença diagnosticável. A medicalização dos corpos trans decorre de um olhar centrado na medicina, historicamente dominante, que desconsiderava a autodeterminação dos indivíduos. Foi só a partir de meados do século XX que, com a emergência das abordagens construtivistas, o entendimento das identidades trans e das expressões de género diversas começou a ser questionado.

As abordagens essencialistas do século XX, baseadas em modelos biomédicos, associaram rigidamente o género ao sexo atribuído ao nascimento, tratando as identidades trans como desvios patológicos, frequentemente descritos como disfunções ou distúrbios (Kando, 1973; Connell, 1987). A patologização da transgeneridade levou à sua categorização nos manuais diagnósticos da saúde mental, reforçando a marginalização social e institucional dessas populações.

Em contraste, teorias construtivistas como as de Butler (2017) e Foucault (1994) entendem o género como uma construção social e performativa, desafiando as conceções naturalizantes e legitimando identidades fora da cisnormatividade. Contribuições importantes como as de John Money e dos psiquiatras John e Joan Hampson (1955) avançaram com a ideia de que o género não é uma simples extensão do sexo biológico, mas uma categoria cultural moldada por fatores psicológicos e sociais, marcando um ponto de inflexão nas ciências médicas e sociais para a emergência de uma visão mais fluida da identidade de género (Ramalho, 2019: 25).

O conceito de identidade de género no campo psicomédico, formulado por Robert Stoller em 1968, diferenciou sexo biológico de género psicossocial, defendendo intervenções para alinhar corpo e normas de género (Ramalho, 2019: 27). O termo "transsexual" ganhou popularidade no discurso médico (Ramalho, 2019: 29). Em 1973, Norman Fisk (1973) introduziu a disforia de género para descrever o sofrimento causado pela incongruência entre a identidade de género e o corpo (Ramalho, 2019: 31). Com o tempo, a transsexualidade foi reconhecida como patologia no DSM-III (1980) e, posteriormente, foi redefinida como perturbação de identidade de género no DSM-IV (1994), sendo mantida uma visão patologizante até o DSM-5 (2013), que adotou a designação de disforia de género.

As abordagens construtivistas desafiaram a naturalização do género, propondo que ele é uma construção social utilizada como mecanismo de organização e poder, o que Pierre Bourdieu (1999) descreveu como violência simbólica. Estudos antropológicos e sociológicos, como os de Margaret Mead (1935) e Gilbert Herdt (2003), evidenciaram a diversidade de expressões de género entre culturas, desafiando o modelo binário ocidental. A etnometodologia, com autores como Harold Garfinkel (1967) e West & Zimmerman (1987), demonstrou que o género é uma performance socialmente produzida e mantida. Além disso, os estudos feministas têm sido fundamentais na crítica à rigidez das categorias binárias, com autoras como Ann Oakley (1972), Raewyn Connell (1987), Simone de Beauvoir (1989), e mais recentemente, Oliveira (2017), contribuindo para clarificar que género é uma construção cultural e simbólica, não biológica.

Assim, a conceptualização da identidade de género reflete uma tensão contínua entre modelos médicos, que patologizam a diversidade, e abordagens críticas, que afirmam a legitimidade das identidades de género diversas, reconhecendo que o género é uma construção social e culturalmente mediada.

Implicações sociais, políticas e profissionais da evolução dos conceitos de género

A evolução teórica e epistemológica do conceito de identidade de género, desde os modelos essencialistas até às abordagens construtivistas, tem gerado profundas implicações no plano das políticas públicas, da organização social e da intervenção profissional, especialmente nas áreas da educação, saúde, justiça e serviço social. A compreensão do género como construção socio-histórica obriga à revisão de sistemas institucionais ancorados em pressupostos binários e excludentes, e impõe a necessidade de políticas inclusivas que reconheçam e valorizem a pluralidade identitária.

A patologização histórica das identidades trans e de género diverso, sustentada por classificações biomédicas e psiquiátricas, contribuiu para a estigmatização e marginalização sistemática destas

populações. Tal enquadramento, além de produzir exclusão social, tem legitimado práticas de intervenção médica coerciva, incluindo tratamentos hormonais e cirurgias compulsórias, frequentemente impostas como condição para o reconhecimento jurídico da identidade de género. Estas práticas configuram uma violação dos direitos fundamentais à integridade corporal, à autodeterminação e à dignidade humana (UN OHCHR, 2012; GATE, 2011).

A mudança de paradigma promovida pelas abordagens construtivistas, centradas nos direitos humanos, tem vindo a influenciar o quadro legal e normativo de diversos países e organismos internacionais. A título ilustrativo, destaca-se a Resolução do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas de junho de 2011, que pela primeira vez reconheceu formalmente a violência e discriminação com base na orientação sexual e identidade de género como violações dos direitos humanos, reafirmando a sua universalidade e indivisibilidade (Saleiro, 2013; GATE, 2011).

Contributos dos estudos queer e transgénero para a reconceptualização do género

A consolidação dos estudos Queer, a partir do final do século XX, representou um marco significativo na reconceptualização crítica das categorias de sexo, género e sexualidade. Alicerçados na obra, particularmente, de Judith Butler (2017), propõem uma rutura epistemológica com os paradigmas essencialistas, ao definirem o género como uma construção performativa, instável e contingente. Para Ramalho, "não existem identidades sexuais e de género fixas ou universais, mas sim formas historicamente situadas e socialmente representadas que se encontram em constante processo de questionamento e reconfiguração" (Ramalho, 2019: 42), possibilitando a desconstrução das narrativas patologizantes e normativas, reconhecendo o género como uma prática social reiterada, quotidianas de regulação e normatização, cuja materialidade decorre da repetição performativa de gestos, comportamentos, expressões corporais e simbólicas, (Butler, 2017 [1990]). Autoras e autores como Butler, Bornstein (1994) e Kessler e McKenna (1978) defendem que são es-

tas práticas, tais como os modos de vestir, de falar, de se mover, de interagir, que conferem ao sistema de género o seu caráter aparentemente "natural". Este processo de construção inicia-se precocemente, ainda antes do nascimento, com a atribuição social do sexo e subsequente imposição de marcadores identitários associados ao género, como vestuário, brinquedos, comportamentos esperados e trajetórias ocupacionais. Assim, conforme demonstram West e Zimmerman (1987), as diferenças de género não são intrínsecas ou naturais, mas socialmente produzidas e mantidas através da interação.

No decurso da década de 1990, emergem os estudos transgénero, uma subárea dos estudos de género fortemente influenciada pelas teorias feministas, queer e pelos contributos empíricos de pessoas trans em colaboração com investigadores/as no seio do movimento associativo trans. Estes estudos reivindicam a produção de conhecimento a partir da experiência situada dos sujeitos trans, criticando a hegemonia do discurso biomédico e propondo novas terminologias que visam despatologizar e destigmatizar estas identidades. Exemplos disso são a substituição dos termos "travesti" por cross-dressing, "hermafrodita" por intersexo, e "transsexual" por transgénero (Agius & Tobler, 2012; Ramalho, 2019).

O termo transgénero ganha, assim, relevância científica e política, configurando-se como um conceito guarda-chuva que abrange a diversidade de vivências de pessoas cuja identidade ou expressão de género diverge das expectativas socialmente convencionadas com base no sexo atribuído à nascença (Feinberg, 1996; Ramalho, 2019). A sua apropriação política e comunitária confere-lhe uma potência agregadora e emancipadora, particularmente evidente na forma como passou a ser utilizado por movimentos sociais e por académicos/as comprometidos com a justiça epistémica.

A Associação Mundial Profissional para a Saúde Transgénero (World Professional Association for Transgender Health- WPATH), fundada em 1979, tem assumido um papel fundamental na defesa da saúde e na defesa dos direitos das pessoas trans em âmbito internacional. Composta por mais de 3.000 profissionais oriundos de campos como a medicina, psicologia, ciências sociais e direito, a

WPATH tem contribuído significativamente para o avanço de abordagens não patologizantes no que diz respeito à diversidade de género. Em 2010, a associação publicou uma declaração que reconhece que "a expressão das características de género, incluindo as identidades que não estão associadas de forma estereotipada com o sexo atribuído ao nascimento, constitui um fenómeno humano comum e culturalmente diverso que não deve ser considerado inerentemente patológico ou negativo" (WPATH, 2022). Apesar de a Disforia de Género continuar a constar do Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-5-TR) da American Psychiatric Association (2013), a Incongruência de Género foi, em 2022, removida do capítulo das perturbações mentais e comportamentais na 11.ª edição da Classificação Internacional de Doenças (CID-11), promovida pela Organização Mundial da Saúde. Este reposicionamento normativo representa um avanço significativo no reconhecimento da transgeneridade como uma expressão legítima da diversidade humana, desvinculada de enquadramentos patologizantes. Trata-se de um passo fundamental para a promoção da autodeterminação identitária e para a proteção dos direitos e da dignidade das pessoas trans.

Em Portugal, a aprovação da Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto, constitui um marco legal importante ao consagrar o direito à autodeterminação da identidade e expressão de género. A legislação prevê que pessoas maiores de 18 anos possam realizar a alteração da menção do género e do nome próprio no registo civil sem necessidade de parecer médico ou intervenção cirúrgica. Para menores entre os 16 e os 18 anos, a autodeterminação legal é condicionada à apresentação de um atestado de capacidade de decisão e autorização parental ou dos legalmente responsáveis pelo menor.

A polissemia do termo "transgénero" e a emergência da categoria "trans"

A organização internacional de pessoas transgénero – Transgender Europe, que reúne 140 unidades oriundas de 44 países diferentes, denomina de pessoa transgénero "as pessoas cuja identidade de género difere do sexo que lhes foi atribuído no nascimento e

aquelas que desejam identificar o seu género de maneira diferente da designação de nascimento" (Ramalho,2020:81).

Esta definição reflete a adoção do termo transgénero enquanto categoria inclusiva, frequentemente descrita como "chapéu-de-chuva", que abrange uma multiplicidade de expressões e identidades de género não conformes com o modelo binário cisnormativo — incluindo, mas não se limitando a, pessoas transsexuais, travestis, transformistas, andróginas, agénero, intersexo e outras expressões de género dissidentes (Ekins & King, 2006; Valentine, 2007; Ramalho, 2019; Saleiro, 2013).

A amplitude semântica do conceito permite-lhe uma flexibilidade teórica e política que facilita a inclusão da diversidade de vivências não-binárias e não normativas. Contudo, essa mesma flexibilidade pode ser também fonte de ambiguidade e contestação. Tal como sublinham Lim e Browne (2009) e Valentine (2007), o termo transgénero carece de consensualidade entre investigadores/as, ativistas e sujeitos, podendo ter significados distintos conforme os contextos culturais, políticos e subjetivos. Em alguns casos, indivíduos não se reconhecem nesta terminologia, preferindo identificações mais específicas que refletem trajetórias e pertenças particulares. Um exemplo ilustrativo é o estudo etnográfico Virar Travesti (Ramalho, 2019), realizado junto de mulheres transgénero em contexto de prostituição no Conde Redondo, em Lisboa, onde as participantes rejeitam o rótulo transgénero, preferindo a autoidentificação como travestis, uma categoria com densidade histórica e político-identitária própria.

Face à complexidade e multiplicidade das identidades de género não normativas, tem-se verificado, tanto no campo académico como no seio dos movimentos sociopolíticos e associativos, a adoção crescente do termo trans como forma abreviada e mais abrangente. Esta designação evita associações redutoras, isto é, por um lado, à ideia de transsexual, marcada por enquadramentos biomédicos e essencialistas; por outro, à noção de transgénero, frequentemente vinculada a perspetivas construtivistas específicas. A escolha do termo trans enquanto marcador identitário neutro tem sido legitimada por diversas/os autoras/es em publicações científicas

relevantes, conforme identificado por Saleiro (2013) na sua investigação de doutoramento, destacando nomes como Feinberg (1996, 1998), Cromwell (1999), Rubin (1999), Monro (2000), Whittle (2000, 2007, 2008), Hill e Willoughby (2005), Lim e Browne (2009), Sanger (2008, 2010), Hines (2010), entre outros.

Mais recentemente, Platero (2014), na sua obra "Trans sexualidades. Apoio, fatores de saúde e recursos educativos", propõe o uso do termo "trans", com a adição de um asterisco, como estratégia analítica e política que visa evidenciar os limites do conceito de transgénero e visibilizar a diversidade de experiências que escapam à lógica binária de género. Esta notação, de forte conotação ativista, pretende explicitar a abertura inclusiva da categoria, sem restringir ou predeterminar as identidades nela compreendidas, funcionando como um convite ao reconhecimento da pluralidade de expressões e vivências trans (GATE, 2011).

Pessoas Trans e de género diverso: A não neutralidade das palavras e a urgência de uma terminologia Inclusiva

A linguagem utilizada para nomear as identidades de género não é neutra e desempenha um papel fundamental na (in)visibilização, reconhecimento e dignificação das pessoas trans e de género diverso. Nesse sentido, a World Professional Association for Transgender Health (WPATH), mesmo inserida num contexto biomédico, reconhece e adota a terminologia "transgender and gender diverse" (TGD) como a mais adequada para designar a multiplicidade de experiências identitárias que divergem do género socialmente atribuído ao sexo designado à nascença. Na versão mais recente dos seus Standards of Care for the Health of Transgender and Gender Diverse People (WPATH, 2022), é enfatizado que a expressão TGD visa abranger, de forma respeitosa e inclusiva, tanto identidade trans mais reconhecidas em contextos ocidentais, quanto expressões cultural e linguisticamente específicas, que não se enquadram nas categorias normativas de género.

Esta abordagem terminológica assume particular relevância no contexto português, onde, apesar dos avanços legislativos em matéria de direitos das pessoas trans, persistem barreiras estruturais e simbólicas, decorrentes do desconhecimento, da escassa formação

de profissionais, inclusive na área do Serviço Social, e de uma cultura ainda amplamente cisnormativa. Por este motivo, e atendendo ao compromisso ético e epistemológico com os direitos humanos e a justiça social, propõe-se o uso consistente das expressões pessoa trans e pessoas de género diverso, em detrimento de termos como transexual, transgénero ou trans com asterisco (trans*), por múltiplas razões:

Tabela 1. - Razões fundamentadas para a utilização dos termos trans e pessoas de género diverso, em detrimento de termos como transexual, transgénero ou trans.

Razão	Fundamentação
Uso abreviado e inclusivo	A palavra *trans* é frequentemente utilizada como uma forma abreviada de *transgénero*, permitindo uma referência mais ampla a identidades de género não conformes com o sexo atribuído à nascença, sem implicar uma filiação a categorias médico-diagnósticas ou a quadros ativistas específicos.
Mudança de paradigma terminológico	Conforme salientado por Saleiro (2013), conceitos como *transexual*, com origem na medicina, e *transgénero*, derivado do ativismo em direitos humanos, têm vindo a ser substituídos por *trans* ou *pessoas de género diverso*, refletindo uma perspetiva crítica que valoriza a autodeterminação e reconhece a pluralidade de experiências não binárias (Oliveira, 2014; Platero, 2014; Hall, 1996; Teixeira, 2013; Bento, 2008; Moreira, 2014).
Superação do modelo patologizante	O uso de *trans* ou *pessoas de género diverso* acompanha uma viragem epistemológica que rompe com a perspetiva médica centrada na *disforia de género*, e que prioriza o direito à autoidentificação, retirando a centralidade ao diagnóstico clínico (Platero, 2014; Saleiro, 2013).
Centralidade da agência identitária	Estas expressões enfatizam o direito das pessoas a serem agentes das suas próprias trajetórias, reivindicando o reconhecimento de identidades e vivências legítimas no espaço público e institucional (Saleiro, 2013; Platero, 2014).
Abrangência conceptual	O termo *trans* permite incluir uma diversidade de identidades que desafiam o binarismo de género, incluindo pessoas que se identificam com ambos, com nenhum, ou com géneros flutuantes e, por isso, é particularmente útil na análise das dinâmicas de discriminação, como a transfobia em contextos laborais (Misse, 2014).

Fundamentação na Autodefinição Identitária	Tal como proposto por Sanger (2008, 2010) e retomado por Saleiro (2013), considera-se *trans* qualquer pessoa que se identifique com um género que não corresponda exclusivamente ao atribuído à nascença, o que inclui múltiplas possibilidades de vivência de género, para além do modelo binário.
Distinção entre identidade e modificação corporal	O uso de *trans* ou *pessoas de género diverso* reconhece que nem todas as pessoas não cisgénero desejam, ou têm acesso, a cirurgias de redesignação sexual ou a outras modificações corporais, distanciando-se de conceções redutivas baseadas exclusivamente em critérios médicos (Tompkins, 2014; Lim & Browne, 2009).
Reconhecimento Social e Científico	O termo tem vindo a ser amplamente adotado, tanto em contextos teóricos como políticos, por autores/as e ativistas que sublinham a sua neutralidade, acessibilidade e capacidade inclusiva, em comparação com categorias mais restritivas ou historicamente carregadas (Saleiro, 2013).

Fonte: Elaboração própria

Entre o Saber e a Ação: Um Compromisso Ético do Serviço Social com a Diversidade de Género

A recente trajetória dos estudos queer e transgénero, articulada à mobilização política das comunidades trans e à produção de saberes situados, tem contribuído para a superação de conceções medicalizantes e normativas do género. Este movimento epistemológico e político tem promovido paradigmas centrados na autodeterminação, na valorização da diversidade e na construção de sociedades mais inclusivas e respeitadoras dos direitos humanos. Contudo, observa-se que os avanços legais e científicos não têm sido acompanhados por uma efetiva mudança social, persistindo a exclusão e a estigmatização das pessoas trans na sociedade civil. No campo do serviço social, estas conceções patologizantes são rejeitadas com base em princípios ético-profissionais assentes na dignidade humana, na justiça social e na valorização da diversidade. A profissão alinha-se com abordagens construtivistas e normativos internacionais, como os Princípios de Yogyakarta (2007), reconhecendo as identidades trans e de género diverso como legítimas e não patológicas. Este posicionamento é essencial para práticas inclusivas, particularmente na luta contra a cisnormatividade e na promoção de

políticas equitativas. Neste contexto, o serviço social é convocado a adotar uma atuação crítica, ética e interseccional, reconhecendo as múltiplas opressões que afetam as pessoas trans, especialmente nos domínios da saúde, educação, habitação, emprego e proteção social. Torna-se igualmente fundamental que a formação académica e o exercício profissional incorporem uma análise crítica do género como estrutura de poder, inspirada por teorias feministas e queer, com vista à desconstrução da binariedade e à transformação das estruturas sociais excludentes. Tal reconceptualização do género, entendida como uma categoria relacional e política, constitui um imperativo científico, ético e político na promoção de uma cidadania plena e inclusiva.

Considerações finais

A escolha terminológica de trans ou pessoas de género diverso revela-se fundamental para uma abordagem crítica no âmbito do Serviço Social e das ciências sociais em geral. Tal como sublinha Saleiro (2013), "quando estamos posicionados na problemática da identidade de género, temos que ter um termo que designe todos aqueles que não se enquadram no sistema dos dois sexos/géneros únicos e convergentes". Em termos teóricos, esta escolha permite ultrapassar a dicotomia transexual/transgénero, tradicionalmente associada ao binómio sexo/género. Em termos políticos, reforça a inclusão de identidades e expressões que desafiam o modelo cisheteronormativo, promovendo uma linguagem que reconhece e dignifica a pluralidade das experiências humanas.

Referencias bibliográficas

Agius, S., & Tobler, C. (2012). Trans and intersex people: Discrimination on the grounds of sex, gender identity and gender expression. European Commission, Luxembourg.

American Psychiatric Association. (2013). Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos.

Beauvoir, S., (1989. The second sex. Vintage Books.

Bento, B., (2008). O que é a transexualidade. Brasiliense, São Paulo.
Bornstein, K., (1994). Gender Outlaw: On Men, Women, and the Rest of Us. Psychology Press.
Bourdieu, P., (1999). A dominação masculina. Celta Editora, Oeiras.
Butler, J., (2017). Problemas de gênero. Orfeu Negro, Lisboa.
Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, edição 11. (2022). European Commission.
Connell, R. W., (1987). Gênero e poder: Sociedade, pessoa e política sexual. Allen & Unwin; Polity Press; Stanford University Press.
Cromwell, J., (1999). Transmen and FTMs Identities, Bodies, Genders, and Sexuality. University of Illinois Press, Urbana & Chicago.
Ekins, R., & King, D. (2006). The transgender phenomenon. Sage, London.
Feinberg, L., (1996). Transgender Warriors: Making History from Joan of Arc to Dennis Rodman. Beacon Press, Boston.
Feinberg, L., (1998). Trans Liberation: Beyond Pink or Blue. Beacon Press, Boston.
Fisk, N., (1973). Gender dysphoria syndrome (the how, what and why os a disease). In D. Laub & P. Gandy (Eds.), Proceedings of the Second Interdisciplinary Symposium on Gender Dysphoria Syndrome (pp. 7-14). Stanford University Press.
Foucault, M., (1994). História da sexualidade: A vontade de saber - Vol. I. Edições Graal.
Garfinkel, H., (1967). Studies in ethnomethodology. Prentice Hall, New Jersey.
GATE. (2011). It's time for reform: Trans health issues in the International Classification of Diseases. A Report for the GATE experts meeting. The Hague, GATE. http://globaltransaction.files.wordpress.com/2012/05/its-time-for-reform.pdf.
Hall, S., (1996). Introduction: Who Needs 'Identity'? In S. Hall & P. Du.
Herdt, G., (Ed.). (2003 [1993]). Third Sex, Third Gender: Beyond Sexual Dimorphism in Culture and History. Zone Books.
Hill, D. B., & Brian W. (2005). The development and the validation of the genderism and transphobia scale. Sex Roles, 53(7-8), 531-544.

Hines, S., (2010). Introduction. In S. Hines & T. Sanger (Eds.), Transgender Identities: Towards a Social Analysis of Gender Diversity (pp. 1-22). Routledge, New York.
& Culture
, 17(5), 597-613.
Kando, T., (1973). Sex change: The achievement of gender identity among feminized transsexuals. Charles C. Thomas, Springfield.
Kessler, S., & McKenna, W. (1978). Gender: An Ethnomethodological Approach. The University of Chicago Press.
Lei n.º 38/2018 de 7 de Agosto.
Lim, J., & Browne, K. (2009). Senses of gender. Sociological Research Online, 14(1). http://www.socresonline.org.uk/14/1/6.html.
Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM--5-TR). Artmed Editora.
Misse, M., (2014). Transexualidades: Outras Miradas Posibles (2a Edição). Egales Editorial, Barcelona, Madrid.
Money, J., & Hampson, J. (1955). An examination of some basic sexual concepts: The evidence of human hermaphroditism. The John Hopkins University School of Medicine, Baltimore.
Monro, S., (2000). Theorizing transgender diversity: Towards a social model of health. Sexual and Relationship Therapy, 15(1), 33-45.
Moreira, F., (2014). Não-vidência e transexualidade: Questões transversais. In J. G. Jesus (Ed.), Transfeminismo: Teorias e Práticas (pp. 125-135). Metanoia Editora, Rio de Janeiro.
Oakley, A., (1972). Sex, Gender and Society. Temple Smith, London.
Oliveira, A. L., (2014). Os homens transexuais brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade. In J. G. Jesus (Ed.), Transfeminismo: Teorias e Práticas (pp. 87-105). Metanoia Editora, Rio de Janeiro.
Oliveira, J. (2017). Transitos de genero: Leitras queer/trans* da potencia do rizoma genero. In J. M. Oliveira & L. Amancio (Orgs.), Géneros e sexualidades: Interseções e tangentes, pp. 115-138. CISIUL, Lisboa.
Platero, R.,(2014). Trans*exualidades: Acompanamiento, factores de salud y recursos educativos. Edicions Bellaterra, Barcelona.
Princípios de Yogyakarta. (2007). The Yogyakarta Principles on the

Application of International Human Rights Law in relation to Sexual Orientation and Gender Identity. http://www.yogyakartaprinciples.org/principles_en.htm.

Ramalho, N., (2019). «Virar travesti»: Trajetórias de vida, prostituição e vulnerabilidade social. [Tese de doutoramento, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do ISCTE. https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/19313.

Ramalho, V., (2020). Craques de bola, mandinga e piruetas: Experiência sociodesportiva e identidades juvenis no bairro Padre Cruz. UL-ISSSL.

Resolução A/HRC/17/19. (2011). UNHRC sobre direitos humanos, orientação sexual e identidade de género.

Rubin, H., (1999). Trans Studies: Between a metaphysics of presence and absence. In K. More & S. Whittle (Eds.), Reclaiming Genders: Transsexual Grammars at the Fin de Siècle, pp. 173-192. Cassell, New York.

Saleiro, S., (2013). Trans Géneros: Uma abordagem sociológica da diversidade de género. [Tese de Doutoramento, ISCTE--IUL.]. Repositório ISCTE. https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/7848

Sanger, T., (2008). Trans governmentality: The production and regulation of gendered subjectivities. Journal of Gender Studies, 17(1), 41-53.

Sanger, T., (2010). Beyond gender and sexuality binaries in sociological theory: The case of transgender inclusion. In S. Hines & T. Sanger (Eds.), Transgender Identities: Towards a Social Analysis of Gender Diversity ,pp. 259-276. Routledge, New York.

Standards of Care for the Health of Transgender and Gender Diverse People Version 8. (2022). WPATH - https://www.wpath.org/

Stoller, R., (1968). Sexo e Gênero: Sobre o Desenvolvimento da Masculinidade e da Feminilidade. Hogarth Press, Londres.

Teixeira, F., (2013). Dispositivos de dor: Saberes-poderes que (con) formam as transexualidades. Annablume, São Paulo.

Tompkins, A., (2014). Asterisk. TSQ: Transgender Studies Quarterly, 1(1–2), 26-27.

Transgender Europe (TGEU). Disponível em https://tgeu.org/

United Nations General Assembly. (1948). Universal Declaration of Human Rights. Recuperado em: https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights

Valentine, D., (2007). Imagining transgender: An ethnography of a category. Duke University, Durham & London.

West, C., & Zimmerman, D. H. (1987). Doing Gender. Gender and Society, 1(2), 125–151.

Whittle, S., & et al. (2008). Transgender Eurostudy: Legal Survey and Focus on the Transgender Experience of Health Care.

Whittle, S., (2000). The Transgender Debate: The Crisis Surrounding Gender Identities. South Street Press, Reading.

Whittle, S., Lewis, T., & Al-Alami, M. (2007). Engendered Penalties: Transgender and Transsexual Peoples' Experiences of Inequality and Discrimination. Press For Change/Manchester Metropolitan University.